



Capítulo 5

Governança política e económica em África

Este capítulo analisa alguns dos ganhos e perdas em termos de governança política e económica em África, em 2014. Aborda, igualmente, as tendências de longo prazo, quer desde os anos 1970 quer desde a crise global de 2008/09, comparando as trajetórias de países em circunstâncias semelhantes. Esta análise inclui alguns dos fatores subjacentes à mudança e antecipa as evoluções esperadas para 2015.



Resumo

Em 2014, África registou grandes progressos no que respeita à democracia: uma nova Constituição na Tunísia, a transição no Burkina Faso e um número recorde de 179 milhões de votantes em eleições maioritariamente pacíficas e credíveis, em 12 países. Vários países, porém, continuam a experienciar instabilidade, ataques terroristas e conflitos. Apesar disso, o continente africano continuou numa trajetória de melhoria da governação. Em 2013, 387 milhões de africanos viviam num regime democrático, comparativamente a apenas 2.5 milhões em 1970. A participação é o vetor da governação com resultados positivos mais evidentes desde 2008.

Para além da participação política, houve poucos ganhos ou perdas no cômputo geral, desde 2008. Os resultados positivos alcançados são frágeis e podem ser invertidos se as causas e manifestações do terrorismo e das guerras civis não forem abordadas.

O que é a governação e porque é importante?

Este capítulo define a governação como a forma pela qual os vários atores estatais e não-estatais tomam decisões públicas e gerem os recursos económicos e sociais em prol do desenvolvimento. As entidades estatais, os partidos políticos, as organizações da sociedade civil e o setor privado desempenham um papel neste processo. Este capítulo toma em consideração várias dimensões da governação: a segurança, o Estado de direito, a participação política, os direitos humanos, a gestão do setor público, o ambiente de negócios e a inclusão social.

A edição de 2015 do PEA aborda, em particular, a participação política, a gestão do setor público e o ambiente de negócios. A participação é a área da governação com resultados positivos mais evidentes desde 2009. A administração pública é fundamental, uma vez que o setor público influencia o crescimento económico e o desenvolvimento, por meio do fornecimento de serviços públicos essenciais. Isto engloba a gestão dos investimentos públicos, como as infraestruturas, bem como as instituições e políticas que modelam as atitudes e determinam a sustentabilidade de tais serviços e infraestruturas. Por fim, o ambiente de negócios merece atenção pelo facto de ter melhorado consideravelmente nos países que mais precisavam dessa melhoria.

A governação e a democracia são centrais na agenda da União Africana (UA), que preconiza a visão de uma “África governada de forma democrática e livre de conflitos”. A União tem por objetivo uma “África da boa governação, democracia, respeito pelos direitos humanos, justiça e Estado de direito, bem como uma África pacífica e segura” (UA, 2014a). A Carta Africana sobre a Democracia, Eleições e Governação visa, em particular, (i) reforçar a governação democrática; (ii) rejeitar as alterações inconstitucionais de governo; (iii) promover a integridade e liderança que estejam comprometidas com os interesses das populações; e (iv) impulsionar a participação dos povos africanos através de eleições democráticas.

Por que é que a governação é importante para o crescimento e o desenvolvimento? Tal como afirmado pela Estratégia do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) para 2013-22, “o crescimento económico só pode ser construído sobre uma base sólida de governação e instituições justas, transparentes e eficientes, geridas por um Estado capaz” (BAD, 2013). Existem provas de que os sistemas políticos abertos, inclusivos e com maior capacidade de resposta, assentes em altos níveis de transparência, responsabilização e participação, ajudam a transformar o crescimento em desenvolvimento humano. Pelo



contrário, os países sem estes sistemas assentam numa distribuição restrita do poder e têm dificuldades em manter a estabilidade política, sendo incapazes de alargar as fontes de crescimento e assegurar a partilha de benefícios, o que afeta o crescimento e desenvolvimento a longo prazo. Acemoglu et al. (2001) e Kaufmann e Kraay (2002) concluem que a melhoria da governação gera maior rendimento *per capita* num vasto leque de países, embora o contrário não se verifique. Muitos países com bom desempenho em matéria de governação têm igualmente o melhor desempenho relativamente ao desenvolvimento humano. É o caso das Maurícias e das Seychelles, bem como do Botswana, Cabo Verde, Gana, São Tomé e Príncipe, África do Sul e Zâmbia.

A maioria dos países com maior crescimento do PIB desde 2009 possui um destes dois perfis de governação:

- Países que definem o padrão de governação em África, como o Gana, o Lesoto, Marrocos, Namíbia, São Tomé e Príncipe, Seychelles e Zâmbia. O seu desempenho sólido na área da governação, apesar de alguns desafios políticos no Lesoto, tem contribuído para um crescimento económico robusto e contínuo.
- Países em fase pós-conflito que têm sido capazes de realizar progressos em matéria de governação desde que a paz foi restabelecida, como o Burundi, Congo, Côte d'Ivoire, Libéria, Moçambique, Níger, República Democrática do Congo (RDC), Ruanda, Serra Leoa e Uganda.

Normalmente as reformas que devem ser sequenciais, mas para que a governação contribua para o crescimento e o desenvolvimento, são necessários avanços em todas as dimensões. Na maioria dos casos, os países registam progressos numa dimensão, mas avanços mais lentos noutras. Nomeadamente, enquanto entre 2003 e 2008 a governação económica impulsionou os ganhos de governação no continente, desde a crise global de 2008/09 esses ganhos devem-se principalmente à melhoria da participação política (Fundação Mo Ibrahim, 2014).

Apesar de ter sido um ano marcado por episódios dramáticos, ocorreram episódios positivos e ganhos de governação

Em 2014, verificaram-se algumas evoluções positivas em matéria de governação. A Constituição da Tunísia, aprovada em janeiro de 2014, consagrou a liberdade religiosa e a igualdade de género. Seguiram-se eleições legislativas e presidenciais com resultados incontestáveis, respetivamente em outubro e dezembro de 2014. A África do Sul realizou as quintas eleições pacíficas, 20 anos após o ato eleitoral histórico de 1995, que marcou o fim da era do *apartheid*. Mais de 179 milhões de pessoas exerceram o seu direito de voto em eleições credíveis e que se passaram de forma maioritariamente pacífica (ver a secção “A participação política regista claros progressos, mas a gestão do setor público e o ambiente de negócios apresentam resultados mistos”). No Burkina Faso, os protestos em massa conduziram à deposição do presidente Compaore, numa transição rápida e bem-sucedida (Caixa 5.1).



Caixa 5.1. A transição no Burkina Faso

Poucos países testemunharam tanta agitação em apenas seis semanas, com um resultado positivo. Em outubro e novembro de 2014, dois protestos públicos neutralizaram dois golpes de Estado, naquilo que os cidadãos de Burkina Faso apelidaram de “Primavera Negra”, numa alusão à Primavera Árabe de 2011.

- Em outubro, o presidente do Burkina Faso em exercício há 27 anos, Blaise Compaore, tentou fazer passar no Parlamento uma anulação do limite de dois mandatos, aplicável ao seu tempo em funções. Isto motivou dois dias de protestos públicos espontâneos em Ouagadougou.
- A população tomou novamente as ruas a 2 de novembro, após o Chefe de Estado-maior do Exército e um militar de alta patente se terem declarado Chefes de Governo, a 31 de outubro.
- Isto levou a negociações entre o exército, os partidos políticos, as organizações da sociedade civil e os líderes religiosos, tendo resultado na nomeação de um civil para presidente do governo de transição. As eleições gerais, agendadas para o fim de 2015, marcarão a plena restauração da democracia.

Este é um resultado positivo para o envolvimento dos cidadãos e para um país que serve como base para a luta contra o extremismo islâmico no Sahel e no Saara.

Este exemplo influenciou os acontecimentos na República Democrática do Congo, onde houve protestos em várias zonas do país contra a extensão de mandatos (Reuters, 2014). Os legisladores da RDC fizeram eco destas preocupações e bloquearam as extensões de mandato, em janeiro de 2015, estando as eleições previstas para 2016. Os precedentes do Burkina Faso e da RDC podem influenciar os debates similares em curso no Benim, Burundi, Congo, Ruanda, Togo e Uganda (ver a secção “2015 pode ser um ano recorde em termos eleitorais”).

Apesar destes destaques, 2014 foi um ano consideravelmente desafiante em termos de governação. As guerras na Líbia, República Centro-Africana e Sudão do Sul continuam, com ondas de choque para além das suas fronteiras. A Nigéria e os países vizinhos foram assolados pelos contínuos ataques e raptos perpetrados pelo Boko Haram, enquanto o Al-Shabaab continua os seus ataques no Corno de África. O surto do vírus Ébola na Guiné, Libéria e Serra Leoa alertou para a fragilidade dos sistemas de saúde em África, embora tenha também demonstrado a importância de lideranças empenhadas ao nível comunitário. Cerca de 3 072 migrantes, que fugiam das dificuldades políticas e económicas, perderam as suas vidas nas águas do Mar Mediterrâneo – num total mundial estimado de 4 077 –, número que tinha rondado as 700 pessoas em 2013 (Brian e Laczko, 2014).

Continuam a verificar-se resultados positivos na governação

Não obstante ter sido um ano difícil, mantém-se a trajetória de melhoria da governação. Os resultados são impressionantes, se forem examinados desde os anos 1970, ou mais modestos se analisados desde a crise global de 2008/09.

Numa perspetiva de longo prazo, a percentagem de regimes africanos que são, pelo menos, democracias parciais tem aumentado significativamente desde a primeira onda de descolonização e independência, e de forma contínua desde o pico atingido nos anos 1980. Em 1972, por exemplo, existiam quatro democracias e 36 autocracias. Em 2013, esta proporção inverteu-se, registando-se 24 democracias, 22 regimes híbridos (combinação de democracia com autocracia) e somente 5 autocracias. Relativamente à população,



cerca de 2.5 milhões de pessoas na África subsariana viviam em democracia, em 1970, tendo esse número aumentado para 387 milhões, em 2013. Este aumento deve-se, em grande medida, à democratização na África do Sul e na Nigéria (base de dados Polity IV sobre os regimes políticos desde 1946; dados do Banco Mundial sobre população).

De acordo com o Índice Ibrahim de Governança em África, embora a governação não tenha regredido desde 2009, os progressos nesta matéria têm sido pouco significativos, com exceção da participação política. Outras dimensões, como a gestão da administração pública, o ambiente de negócios, o Estado de direito, a responsabilidade do Estado para com os cidadãos, a segurança pessoal, a segurança nacional e os direitos humanos apresentam alterações insignificantes desde 2009.

As trajetórias de governação divergem, mesmo entre países comparáveis

A falta de progressos gerais ignificativos nos últimos anos mascara a existência de melhorias consideráveis em alguns países e de deteriorações noutros (IIAG,2014, resumido na Tabela 5.1.; Banco Mundial 2014a). Com efeito, os maiores ganhos e perdas globais em matérias de governação tiveram lugar em África.

Os fatores subjacentes às melhorias de governação são tão diversos quanto os próprios países africanos, mas são mais internos do que externos. Estão ligados ao surgimento de uma classe média urbana, à expansão de uma população jovem educada e conectada ao mundo, e às expectativas sobre melhores condições de vida após uma década de crescimento. A existência de forças armadas cada vez mais profissionalizadas e disciplinadas, após uma década de reformas policiais e militares, bem como o compromisso das lideranças em melhorar a gestão pública, são fatores que também desempenham um papel relevante. Por último, o impacto positivo da globalização no ambiente de negócios pode também estar a impulsionar os progressos (ver as secções da *Bibliografia e Para saber mais*). As trajetórias são diferentes, mesmo entre países comparáveis (ver exemplos nas Caixas 5.2 e 5.3).

Tabela 5.1. Principais resultados positivos e negativos em nove dimensões da governação em África, 2009-13 (Imbrahim Index of African Governance)

Gestão Pública	Ambiente de negócios	Inclusão social	Estado de direito	Transparência e prestação de contas	Segurança pessoal	Segurança nacional	Participação	Direitos humanos
RESULTADOS POSITIVOS								
Burundi	Comores	Benim	Guiné	Senegal	Gabão	Angola	Líbia	Tunísia
República Democrática do Congo	Libéria	Malawi	Serra Leoa	São Tomé e Príncipe	Níger	Uganda	Tunísia	Níger
Guiné	Marrocos	Ruanda	Côte d'Ivoire	Quênia	Côte d'Ivoire	Côte d'Ivoire	Côte d'Ivoire	Senegal
Maurícias	Ruanda	Tunísia	Mauritânia	Níger	Mauritânia	Libéria	Guiné	Lesoto
Seychelles	África do Sul	Zimbabwe	Cabo Verde	Argélia	Serra Leoa	Zimbabwe	Níger	Zimbabwe
RESULTADOS NEGATIVOS								
República Centro-Africana	Burkina Faso	Burundi	Egito	Mauritânia	Libia	Benin	Guiné-Bissau	Mali
Egito	Burundi	Eritreia	Guiné-Bissau	Guiné-Bissau	República Centro-Africana	Egito	República Centro-Africana	Suazilândia
Guiné-Bissau	Egito	Mauritânia	Líbia	Benim	Guiné-Bissau	Mali	Mali	Guiné Equatorial
Líbia	Líbia	Líbia	Mali	Líbia	Tunísia	Líbia	RDC	Etiópia
Tunísia	Mauritânia	Moçambique	República Centro-Africana	Eritreia	Benim	República Democrática do Congo	Gâmbia	Chade

Fonte: IIAG (2014).



Caixa 5.2. Trajetórias divergentes entre os países da Primavera Árabe

Entre os países da Primavera Árabe, a Tunísia enfrenta desafios significativos, nomeadamente devido à sua tradição de secularismo, confrontada com o risco de terrorismo (ICG, 2014a). No entanto, as tendências são positivas no que diz respeito ao Estado de direito, direitos humanos, transparência e prestação de contas, participação e inclusão social, para além de se começar a verificar uma recuperação da economia.

No Egito e na Líbia, um dos fatores determinantes será o compromisso dos cidadãos com a democracia. A eleição presidencial no Egito foi realizada sem violência, em maio de 2014, e o país tem uma maior estabilidade aparente do que em 2011, 2012 ou 2013. O governo de Sisi foi eleito por esmagadora maioria, mas “num contexto de espaço, direitos e liberdades limitadas” (Missão de Observação da UA, 2014). A atualidade do Egito foi também dominada pela recuperação da economia e por uma insurgência no Sinai (ver nota país sobre o Egito).

Na Líbia, a maior participação dos cidadãos não se traduziu em melhores resultados. Enquanto a Tunísia e o Egito eram Estados sólidos antes dos regimes dos presidentes Mubarak e Ben Ali na década de 1980, tal não se verificava na Líbia. Este facto, juntamente com o conceito de *Jamahiriyah* (“Estado das massas”) aplicado por Qaddafi, conduziu a uma representação política restrita. Para além disso, o regime apostou fortemente nas lealdades tribais e na exclusão territorial para manter o seu poder (nota país sobre a Líbia; ICG, 2011). Estes são alguns dos problemas persistentes na transição líbia. A tentativa de golpe e a existência de dois governos paralelos, em Tobruk e Trípoli, ilustram os combates entre grupos islamistas e seculares, para além de refletirem rivalidades tribais e a luta pelo controlo do petróleo e do gás. Assim, o conflito atual é tanto um assunto subnacional como uma luta pelo controlo do governo central.

Caixa 5.3. Resultados diferentes nos países afetados pelo Ébola, tal como previsto pelos seus perfis de governação

A Guiné, a Libéria, o Mali, a Nigéria, o Senegal e a Serra Leoa foram afetados pelo vírus Ébola, mas registaram resultados diferentes, tal como previsto pelos seus respetivos perfis de governação. O Mali, a Nigéria e o Senegal, com administrações e sistemas de saúde mais sólidos do que a Guiné, a Libéria e a Serra Leoa, conseguiram conter rapidamente a doença. Para a Organização Mundial de Saúde, o sucesso do Senegal na contenção do vírus é “uma lição para todo o mundo: uma resposta imediata, abrangente e coordenada pode impedir o curso do vírus Ébola”.

Alguns meses após o início da crise, previu-se que as capacidades das administrações na Guiné determinariam melhores resultados para conter e reverter o vírus do que na Serra Leoa, a qual, por sua vez, teria um melhor desempenho do que a Libéria. Em fevereiro de 2015, o número de vítimas nos três países não refletia esta previsão. No entanto, a incidência da doença era maior na Serra Leoa do que na Libéria e apenas nesta última existia uma tendência clara de diminuição. Isto indica que existem fatores com um papel importante, para além da solidez das administrações nacionais. São eles: a reação rápida das lideranças políticas, a sua capacidade de envolvimento com os líderes comunitários conduzindo à alteração de comportamentos, a força das comunidades locais e a eficácia do apoio internacional (p.ex. camas suficientes, ambulâncias e água potável).

A Guiné-Bissau, tendo fronteira com a Guiné, é outro país com sistemas relativamente fracos. No entanto, o facto de ter sido poupada no início da crise permitiu-lhe investir na prevenção, não havendo casos registados até ao momento.



A participação política regista claros progressos, mas a gestão do setor público e o ambiente de negócios apresentam resultados mistos

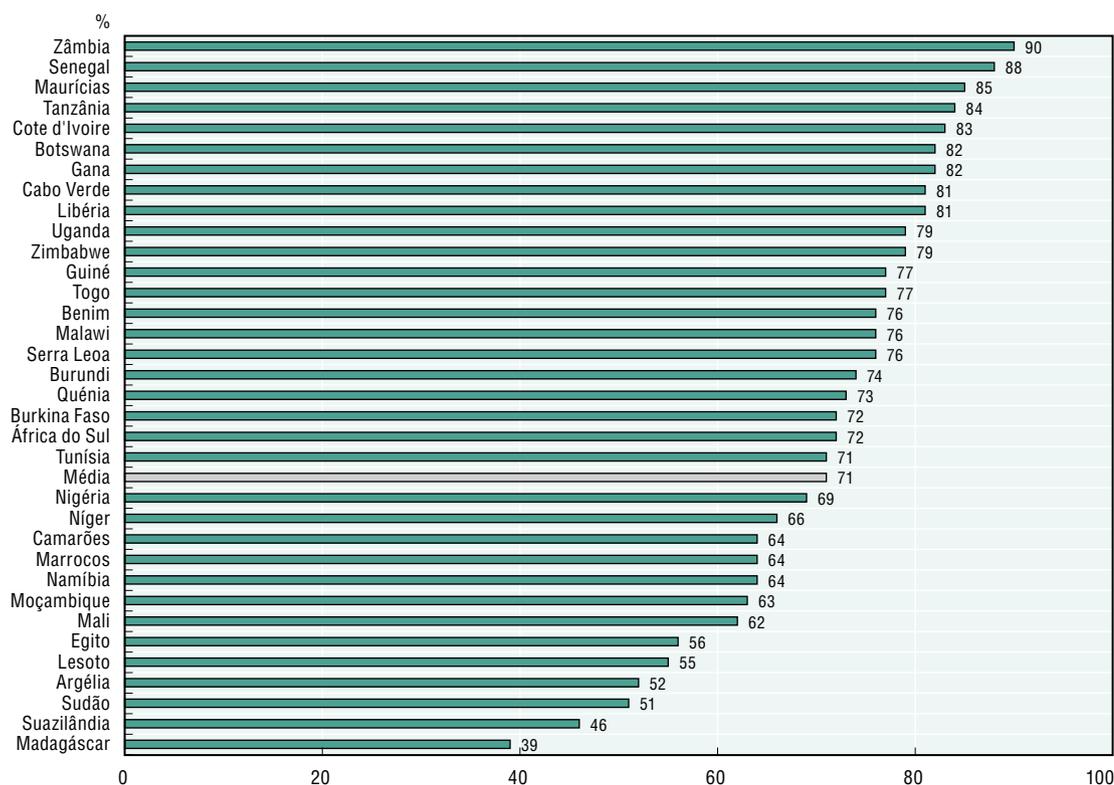
Esta secção segue os principais desenvolvimentos em matéria de participação política, gestão pública e ambiente de negócios.

A participação é a área da governação com resultados positivos mais óbvios desde 2009

As análises de peritos, os índices de governação e os títulos dos jornais apontam todos para a participação política, através de eleições ou outros canais, como a dimensão que mais progrediu desde 2009.

Os africanos exigem, cada vez mais, a democracia: o índice do Afrobarómetro sobre a “procura” de democracia subiu 15 pontos nos 16 países analisados, de 36% em 2002 para 51% em 2012. Sete em cada dez africanos, nos 34 países abrangidos, preferem a democracia a “outras formas de governo”, em 2011-13. A exigência por mais democracia é mais forte na África Ocidental (Figura 5.1). A amplitude da democracia é medida através da realização de eleições, que os africanos encaram, cada vez mais, como o melhor sinal de um regime democrático. Este ultrapassa outros fatores, como o desempenho do presidente ou as condições económicas do país.

Figura 5.1. Proporção dos cidadãos africanos que consideram a “democracia preferível a qualquer outra forma de governo”, 2011-13
(percentagem da população inquirida)



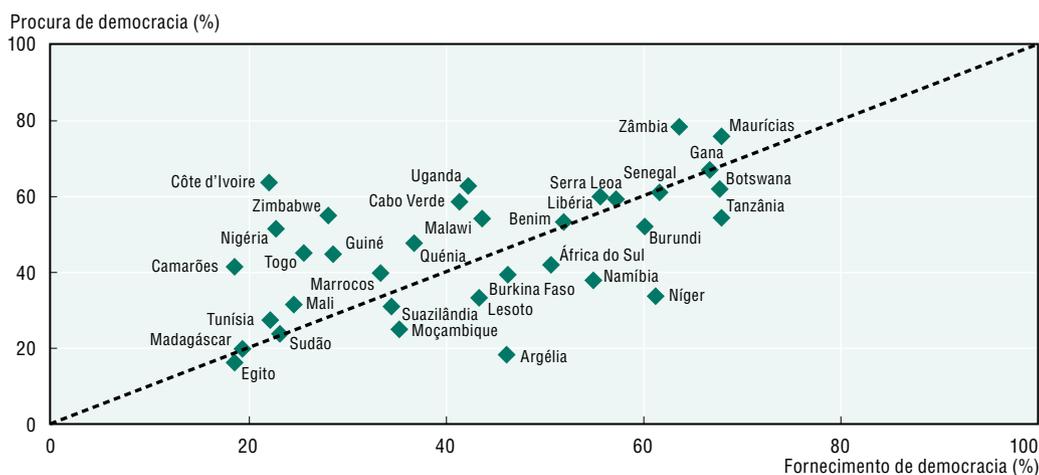
Fonte: Bratton e Houessou (2014).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933228409>



No entanto, os avanços do processo democrático parecem insuficientes face às expectativas públicas. Entre 2011 e 2013, apenas 53% dos africanos entrevistados em 24 países consideram o seu país de facto uma democracia; esta percentagem atinge os 70% ou mais no Botswana, Gana, Maurícias e Tanzânia, mas não ultrapassa os 21% em Madagáscar e no Togo de 2011 a 2013 (Bratton e Houessou, 2014). Isso significa que um número considerável de países africanos passa por aquilo que o Afrobarómetro denominou “déficit democrático”, em que a expectativa dos cidadãos excede a realidade política por eles percebida. Nestes países, é provável que surja pressão popular para uma maior democratização.

Figura 5.2. Expectativas e realidades percebidas em relação à democracia em África, 2012



Fonte: Bratton e Houessou (2014).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933228414>

Em 2012, um total de 179 milhões de pessoas votou em eleições realizadas em 12 países (ver Tabela 5.2 e exemplos na Caixa 5.4). Foram eleições pacíficas e credíveis, com exceção do Malawi, onde se identificaram fenómenos de compra de votos, apesar de terem sido eleições livres (União Africana, 2014c; União Europeia, 2014; Fundação Internacional dos Sistemas Eleitorais [IFES], 2014 e Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral [IDEA], 2015).

Caixa 5.4. Exemplos de eleições em África, em 2014

Em 2014, os tunisinos reforçaram o seu envolvimento democrático em dois atos eleitorais credíveis, transparentes e pacíficos. Nas eleições legislativas, em outubro de 2014, verificou-se uma transição pacífica de poder, do partido islamista Ennahda (“Renascimento”) para o partido secular Nidaa Tounes (“Apelo da Tunísia”). Em dezembro, a eleição presidencial conduziu à eleição do presidente Essebsi, do mesmo partido. A sociedade civil continuou a ter um papel fundamental, mobilizando os jovens tunisinos a exercerem o seu direito de voto e destacando 30 000 observadores acreditados pela comissão eleitoral.

No Egipto, as eleições presidenciais de março de 2014 realizaram-se de forma pacífica nas províncias, sendo a votação e posterior contagem eleitoral ordeiras e bem organizadas, com poucas violações apontadas pelos observadores internacionais. A Lei Eleitoral Presidencial limita o direito de voto a votantes já registados na base de dados, pelo que mais de 5 milhões de pessoas em idade de votar não o puderam fazer.



Caixa 5.4. Exemplos de eleições em África, em 2014 (cont.)

As eleições presidenciais e legislativas na Guiné-Bissau foram realizadas sem violência e consideradas credíveis. Uma sociedade civil muito ativa envolveu-se na educação eleitoral e monitorizou as atividades da pré-campanha e do processo eleitoral, com uma participação, sem precedentes, de aproximadamente 680 monitores. A União Europeia, nomeadamente, concluiu que “as eleições foram o culminar de um processo de criação de condições para que a Guiné-Bissau saia do isolamento internacional e se aproxime da normalidade constitucional” (Missão de Observação Eleitoral da UE, 2014a).

Na Nigéria, as eleições realizadas em abril de 2015 foram saudadas como a primeira transferência de poder entre civis de diferentes partidos políticos desde a independência, assinalando o que pode ser o início de uma democracia bipartidária efetiva.

Em 2014, as eleições confirmaram um aumento considerável da representação das mulheres. De 2000 a 2013, o número de mulheres eleitas para os parlamentos cresceu 16% e aumentou 7% nas posições ministeriais, tendo a maior parte deste aumento sido registado após 2010 (IIAG, 2014; UIP, 2014).

No entanto, as candidaturas femininas continuam a ser raras, sendo muitas vezes dificultadas por um acesso mais limitado à educação e às oportunidades socioeconómicas, bem como por uma cultura política masculina, especialmente nos partidos políticos (IIAG, 2014; PNUD, 2014b; International IDEA, 2015; União Europeia, 2014).

Tabela 5.2. Eleições em África, 2014

País	Eleição	População total (m)	População em idade de voto (m)	Participação eleitoral (%)
Egito*	Presidencial	86.9	54.3	47
África do Sul	Legislativa	48.4	31.1	71
Argélia	Presidencial	38.8	26.0	49
Moçambique	Legislativa	24.7	11.9	48
Moçambique	Presidencial	24.7	11.9	48
Malawi	Presidencial	17.4	8.2	70
Malawi	Legislativa	17.4	8.2	67
Tunísia	Presidencial	10.9	7.9	n.d.
Tunísia	Legislativa	10.9	7.9	56
Líbia	Legislativa	6.2	4.0	41
Mauritânia	Presidencial	3.5	1.9	47
Botswana	Legislativa	2.2	1.3	74
Namíbia	Legislativa	2.2	1.2	72
Namíbia	Presidencial	2.2	1.2	70
Maurícias	Legislativa	1.3	1.0	73
Guiné-Bissau	Presidencial	1.7	0.9	88
Guiné-Bissau	Legislativa	1.7	0.9	84

Nota: *Voto obrigatório no Egito.

Fontes: IFES (2015); International IDEA (2015), NU (2012).

O envolvimento dos cidadãos no processo político também registou melhorias, por outras vias para além da votação em eleições, tais como debates públicos, protestos (ver Caixa 5.5.) e petições. Em janeiro de 2015, os cidadãos do Malawi apresentaram uma petição à Assembleia da cidade de Lilongwe, em protesto contra a crise financeira no país. A participação em organizações políticas e em campanhas ganhou também relevância, bem como o ativismo digital, com a mobilização por meio da internet. Por exemplo, em Moçambique, o grupo de estudantes *Olho do Cidadão* criou uma plataforma online “para as pessoas reportarem quaisquer atos suspeitos no decurso das eleições”.



Para além disso, as redes sociais foram utilizadas para acompanhar, relatar e encorajar as manifestações públicas espontâneas que surgiram em Ouagadougou, no Burkina Faso, levando à demissão do presidente Compaoré (ver Caixa 5.1).

Caixa 5.5. Protestos públicos em África, em 2014

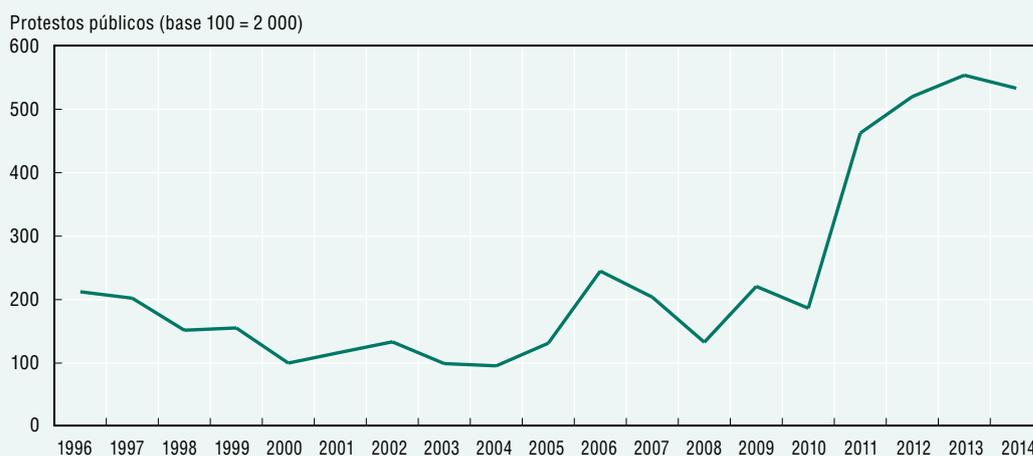
Os protestos públicos consistem em greves e manifestações com motivos políticos, económicos ou sociais. Após atingirem um pico em 2013, o número de protestos diminuiu ligeiramente em 2014 (Figura 5.3), o que reflete um abrandamento das tensões na maioria dos países – contrastando com um aumento das mesmas num número limitado de locais.

A diminuição geral da intensidade dos protestos explica-se, em parte, pela normalização política dos países que estiveram em crise, particularmente desde a Primavera Árabe (Caixa 5.2). Na Guiné, verificou-se um regresso à normalidade em 2014, após episódios problemáticos ligados ao processo eleitoral em 2013.

Apesar da análise geral, alguns países, como a África do Sul e o Gabão, foram afetados por greves significativas, sendo estes protestos principalmente dirigidos às empresas privadas e não contra os governos. Na África do Sul, uma greve de cinco meses afetou os três principais produtores de platina, com impacto negativo no crescimento do PIB, nas exportações e nas taxas de câmbio. Os trabalhadores exigiam aumentos salariais e acabaram por se verificar confrontos entre os grevistas e os mineiros que queriam voltar ao trabalho. Para além disso, registaram-se igualmente protestos contra as interrupções no fornecimento de energia no país. No Gabão, a tentativa de reformar um sistema de bónus com 40 anos de existência e de introduzir critérios de desempenho na administração pública suscitou várias greves em 2014, paralelamente a outras greves no setor petrolífero (ver as notas país sobre a África do Sul e o Gabão).

Em 2014, houve um aumento da proporção de greves comparativamente às manifestações. No entanto, registaram-se menos confrontos com forças policiais do que em 2013, em vários países como África do Sul, Moçambique e Sudão.

Figura 5.3. Protestos públicos em África, 1996-2014



Fonte: Cálculos dos autores com base em notícias verificadas por agências noticiosas (*Marchés Tropicaux et Méditerranéens* para o período 1996-2005, AFP e Reuters para 2006-14). Consulte a metodologia e dados por país no Anexo Estatístico deste relatório.

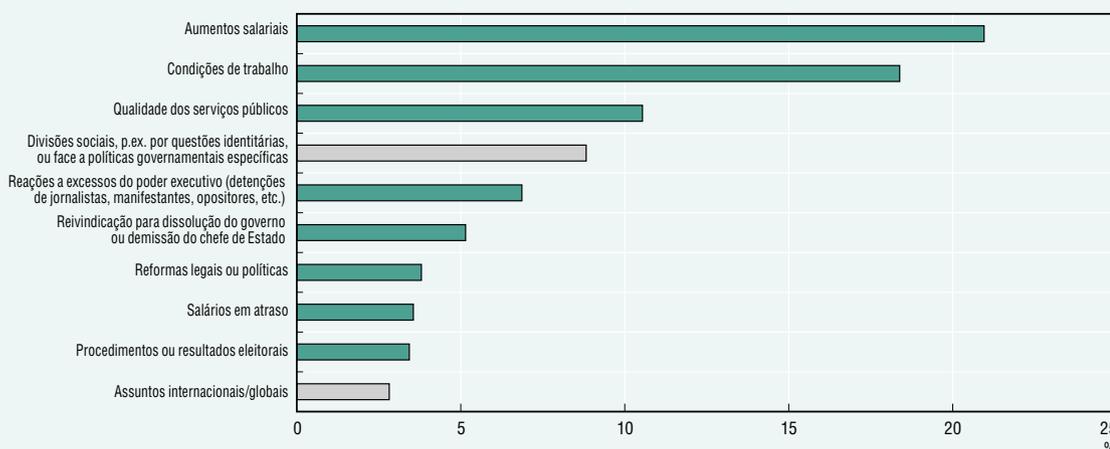
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933228427>



Caixa 5.5. Protestos públicos em África, em 2014 (cont.)

As principais motivações dos protestos públicos (ver Figura 5.4) continuam a ser reivindicações relacionadas com o emprego, nomeadamente aumentos salariais e melhores condições de trabalho, seguidas das reivindicações por melhores serviços públicos. Registou-se, contudo, um aumento de motivos menos tradicionais, como divisões políticas entre cidadãos ou ainda protestos sobre assuntos internacionais, o que figura pela primeira vez na lista dos dez principais motivos.

Figura 5.4. Principais motivos dos protestos públicos em África, 2014



Fonte: Cálculos dos autores, baseados em notícias verificadas pela AFP e Reuters.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933228432>

Estas formas de participação cívica promovem uma maior responsabilização política entre os atos eleitorais e melhor prestação de serviços. Existe uma consciencialização crescente – pelo menos na África Oriental (Afrobarómetro, 2014) – para a legitimidade dos cidadãos exigirem prestação de contas entre eleições. Será que os grandes movimentos de protesto que irromperam no continente são a expressão de um envolvimento mais profundo dos cidadãos, ou a rejeição de formas mais tradicionais de participação, como as votações e campanhas? A resposta apenas poderá ser dada por estudos posteriores, mas a Caixa 5.6 fornece uma base de análise.

Caixa 5.6. Protestos públicos e formas mais tradicionais de participação em África

- No Gana, Quênia, Senegal e Uganda, 75% ou mais dos cidadãos inquiridos já exerceram o seu direito de voto, mas apenas 24% ou menos já participaram num protesto organizado. Isto vai ao encontro da média global, em que 78% já votaram e apenas 15% participaram num protesto.
- A proporção é muito diferente no Egito, onde 47% das pessoas entrevistadas declarou já ter participado num protesto organizado, muito perto da percentagem que afirma já ter exercido o seu direito de voto (53%).
- A África do Sul, o Senegal e a Tunísia estão numa posição intermédia: 63-71% dos cidadãos inquiridos declaram já ter votado, mas apenas 13-20% participaram num protesto organizado (Pew Center, 2014b).



A gestão do setor público é um fator determinante do crescimento e desenvolvimento, mas não regista melhorias desde 2009

A gestão do setor público engloba a qualidade da gestão orçamental e financeira, a eficiência da mobilização de receitas, a qualidade da administração pública, os direitos de propriedade e Estado de direito, bem como a transparência, prestação de contas e corrupção no setor público. No geral, a gestão do setor público não registou grandes melhorias no continente, embora se tenham verificado progressos em áreas específicas, particularmente na equidade na utilização dos recursos públicos, nas capacidades estatísticas e na administração pública (IIAG, 2014). O governo do Lesoto, por exemplo, introduziu matrizes de compromisso de desempenho na função pública, com o objetivo de criar uma capacidade nacional contínua e sustentável (ver a nota país sobre o Lesoto).

Desde 2009, os maiores progressos na administração pública registaram-se no Burundi, Guiné, Maurícias, República Democrática do Congo e Seychelles. Nos dois primeiros, o progresso deve-se, em grande medida, ao aumento da sustentabilidade da dívida externa, enquanto nas Maurícias houve uma melhoria no acesso aos dados financeiros das empresas estatais. Este tem sido um dos países com melhor desempenho na gestão do setor público, juntamente com a África do Sul, o Botswana, o Senegal, e a Tunísia (IIAG, 2014).

A qualidade da gestão orçamental e financeira piorou desde 2009, apesar das reformas implementadas por alguns países (Banco Mundial, 2014a). O Gana, por exemplo, tem implementado diversas reformas, nomeadamente as reformas salariais e de pagamentos, a descentralização fiscal, a modernização da autoridade tributária e a criação do Sistema Integrado de Informação sobre Gestão Financeira (ver a nota país sobre o Gana). Em 2014, a despesa pública, o sistema de *procurement* e a gestão financeira foram avaliados na África do Sul, Benim, Burkina Faso, Congo, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Madagáscar, Mauritânia e Serra Leoa (os relatórios finais estarão disponíveis no portal da Despesa Pública e Responsabilidade Financeira – PEFA).

A corrupção no setor público continua a ser uma questão preocupante e o controlo da corrupção não registou grandes evoluções no período 2009 a 2013 (Banco Mundial, 2015a). De acordo com o Índice de Perceção da Corrupção de 2014, da Transparência Internacional, o Botswana, Cabo Verde e as Seychelles são encarados como os países mais cumpridores da lei, ocupando respetivamente a 31^a, 42^a e 43^a posições, num total de 174 países.

Os países onde houve maiores melhorias na perceção sobre a corrupção, em 2014, foram a Côte d'Ivoire, o Egito, o Mali e a Suazilândia. Pelo contrário, Angola, Malawi e Ruanda estão entre os países onde as perceções de corrupção mais se agravaram no ano passado (Transparência Internacional, 2014). Este facto pode potencialmente prejudicar o crescimento de longo prazo (Mauro, 1995) e o desenvolvimento (Kaufmann, 1997).

O ambiente de negócios registou melhorias acentuadas nos países onde era mais necessário

A África subsariana continua a ser região com ambiente de negócios mais difícil, embora seja também a região com maiores progressos, sendo palco de uma em cada três reformas normativas no mundo. Entre os dez países que mais melhoraram o ambiente de negócios, entre junho de 2013 e junho de 2014, estão cinco países africanos que se situavam no quintil mais baixo relativamente à facilidade de fazer negócios: Benim, Côte d'Ivoire, República Democrática do Congo, Senegal e Togo (ver Tabela 5.3). No entanto, o facto de estes países continuarem nesse quintil mais baixo aponta para a necessidade de esforços adicionais.



A empresa de análise de risco global, Verisk Maplecroft, avaliou o Estado de direito, a corrupção, a governação empresarial, o enquadramento normativo, o respeito pelos direitos de propriedade e o risco laboral nas cadeias de abastecimento, tendo concluído que a economia senegalesa foi a que teve uma melhoria mais acentuada em 2014. Isto deveu-se a uma forte campanha anticorrupção. A melhoria do ambiente de negócios nos países que mais precisavam está interligada com o “salto de gigante” do continente africano na capacidade de atração de investimentos estrangeiros diretos (IDE, EY, 2014) e com a sustentação das taxas de crescimento (ver Capítulo 1; Ahmed, 2014).

As Maurícias estão entre as 30 economias mundiais onde é mais fácil fazer negócios; a África do Sul, o Ruanda e a Tunísia não estão muito atrás na classificação (Banco Mundial, 2015a). Nomeadamente, estima-se que as reformas implementadas pelo Ruanda tenham gerado poupanças de 5 milhões de USD para o setor privado, investimentos na ordem dos 45 milhões USD e cerca de 15 000 empregos (ver a nota país sobre o Ruanda). A África do Sul, o Egito e o Marrocos são os principais destinos do IDE, captando 85% do IDE no continente africano (2007-13) (EY, 2014). Como sinal do retorno da confiança dos investidores, os fluxos de IDE no Egito atingiram 4.1 mil milhões USD, no ano fiscal 2013-14, comparativamente a apenas 3.8 mil milhões USD no ano anterior. Para além disso, espera-se a aprovação, em 2015, de uma nova lei única do investimento, que normalize os esquemas de incentivos, facilite os procedimentos de entrada e saída do mercado, acelere as ações judiciais e a resolução de litígios (ver a nota país sobre o Egito).

A carga fiscal total decresceu em todas as regiões do mundo, entre 2004 e 2012, tendo a África subsariana registado a maior diminuição, com uma queda de quase 17 pontos percentuais na carga fiscal média, durante o período referido. No entanto, a carga fiscal média continua a ser a mais alta, situando-se nos 53% em 2012. Embora a capacidade dos países africanos para cobrar receitas tenha aumentado desde 2000, verifica-se uma diminuição nos últimos anos, em grande medida devido à queda acentuada registada na Líbia (Avaliação do Desempenho de País, BAD; Índice de Afetação de Recursos IDA, Banco Mundial).

Não obstante os resultados referidos, alguns países regrediram em termos de ambiente de negócios em 2014. Isto verificou-se não apenas em países afetados pela guerra civil ou pela instabilidade, como a República Centro-Africana e a Líbia, mas também em Cabo Verde, Camarões, Guiné-Bissau, Mauritânia e Zâmbia (Banco Mundial, 2015b).

Tabela 5.3. Países em África com maiores melhorias no ambiente de negócios (2013-14) e exemplos de reformas

	Criação de novas empresas	Proteção aos investidores minoritários	Comércio transfronteiriço	Registo de propriedade
Benim	Redução do capital mínimo exigido e das taxas pagas no balcão único	Introdução de maiores exigências para a divulgação, ao conselho de administração, de operações entre partes relacionadas;	Redução do número de documentos necessários para importação	
Togo	Autorização para o balcão único publicar a constituição de pessoa coletiva e eliminação da necessidade de um cartão de operador económico	possibilidade de os acionistas inspecionarem os documentos de operações entre partes relacionadas e de nomearem auditores para inspecionarem tais operações		Transferência de propriedade facilitada pela redução do imposto sobre o registo de propriedade
Côte d'Ivoire	Redução do capital mínimo exigido, diminuição das taxas de registo e autorização para o balcão único publicar a constituição de pessoa coletiva		Simplificação dos procedimentos para produção do relatório de inspeção e redução das taxas de manuseamento nos terminais e porto de Abijão	Informatização do sistema de registo de imóveis e redução do imposto de registo de propriedade

Fonte: Banco Mundial (2015b).



O terrorismo transnacional e a guerra civil são as duas maiores ameaças à governação em África

O terrorismo e o tráfico que o sustenta são ameaças claras ao crescimento e ao desenvolvimento do continente africano: desde a Al-Qaeda para o Magrebe Islâmico (AQMI) e o Boko Haram na África Ocidental, até à Ansar-al-Sharia no Norte de África e o Al-Shabaab na África Oriental. Como afirmado pelo presidente do Gana e pelo presidente da CEDEAO, John Mahama, “o terrorismo é como um cancro, se não o tratarmos cresce. Ameaça-nos a todos na subregião. Quando se trata de terrorismo, ninguém está demasiado longe ou perto”.

O Boko Haram (que significa “a educação ocidental é pecado”) assassinou milhares de pessoas em 2014, na sua maioria na Nigéria, mas também nos Camarões, Chade e Níger (Neumann, 2014). Em janeiro de 2015, a organização terrorista controlava um território de aproximadamente 50 000 quilómetros quadrados nos estados nigerianos de Borno e Yobe. Apesar da campanha #BringBackOurGirls, uma iniciativa local que mobilizou pessoas em todo o mundo, a maioria das meninas raptadas em abril de 2014 continuam nas mãos do Boko Haram. O Al-Shabaab (que significa “a juventude”), organização presente na Somália, foi expulsa da capital somali e de grandes cidades em 2011, mas assassinou 266 pessoas no Quénia e na Somália, em 2014, depois do ataque perpetrado num centro comercial de Nairobi, em 2013. O governo da Somália continua a ser frágil, com a nomeação do terceiro primeiro-ministro em apenas dois anos, após um impasse entre o presidente e dois primeiros-ministros anteriores (ver a nota país sobre a Somália).

O tráfico regional de armas, drogas e pessoas financia estas redes terroristas. O Boko Haram é financiado por militantes e por outras redes terroristas, nomeadamente pela Al-Qaeda, bem como por tráfico de drogas e tráfico humano. O Al-Shabaab beneficia do apoio de outros grupos terroristas, de Estados patrocinadores do terrorismo, da diáspora somali, instituições de beneficência, pirataria, raptos, extorsão nos negócios locais e comércio ilegal de carvão vegetal, açúcar e marfim. Embora a intervenção militar liderada pela França no Mali, em janeiro de 2013, tenha interrompido as redes de tráfico de droga, estas operam em vários países, incluindo na Líbia, na Mauritânia e no Níger (ICG, 2013). A África Oriental é também, cada vez mais, um ponto de passagem para a heroína do Afeganistão, embora o volume seja menor do que na Ásia Central e Irão.

É necessário que, para além das iniciativas de luta contra o terrorismo ao nível global, existam igualmente respostas ao nível interno. A fragilidade dos Estados, o desemprego e a falta de participação são desafios que devem ser tidos em consideração. A identificação dos antagonismos locais é fundamental para evitar alimentar essas tensões e para limitar a oportunidade das redes regionais se apropriarem das agendas locais. Como afirmado pelo Secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon, “os mísseis podem matar os terroristas, mas a boa governação mata o terrorismo”.

O terrorismo tem uma natureza transnacional, mas nasce também das condições locais, das divisões e injustiças sociais: “as condições locais e as respostas locais impulsionam a radicalização e o terrorismo” (ISS, 2014). Como exemplo, refira-se que o Boko Haram afirma lutar, desde 2002, contra as injustiças sociais na Nigéria, ligadas a falhas na governação, em particular à corrupção e às desigualdades regionais. Têm levado a cabo esta tarefa através da implementação de uma versão extrema da lei Sharia. Muitos dos combatentes são recrutados entre jovens pobres, com pouca instrução, religiosa ou outra. No entanto, as operações realizadas nos Camarões e no Níger, em 2014, bem como os contactos com a Al-Qaeda sugerem a existência de ambições regionais. A organização terrorista poderá ter duas fações, uma centrada na criação de um estado islâmico na Nigéria e outra com objetivos ligados ao terror transnacional. Também o Al-Shabaab tem duas vertentes em concorrência, uma direcionada para a luta contra o governo federal e a Missão da UA na Somália e outras com aspirações de dominação regional. Na Líbia, a rápida mudança de alianças ao nível local irá influenciar o resultado nacional.



Os conflitos violentos – definidos como disputas pelo poder central ou por território, nas quais é usada a força militar entre as partes em contenda – continuam a ter primordialmente uma natureza intraestatal. No entanto, os seus efeitos de alastramento são cada vez mais evidentes, incluindo incursões armadas e movimentações de milícias, das suas armas e das drogas que as financiam, bem como de refugiados.

Para além disso, os conflitos violentos continuam a ser disputados, na sua maioria, entre atores não-estatais, ou seja, não envolvendo o Estado como uma das partes beligerantes (ver Caixa 5.7).

Caixa 5.7. Violência não-estatal em África

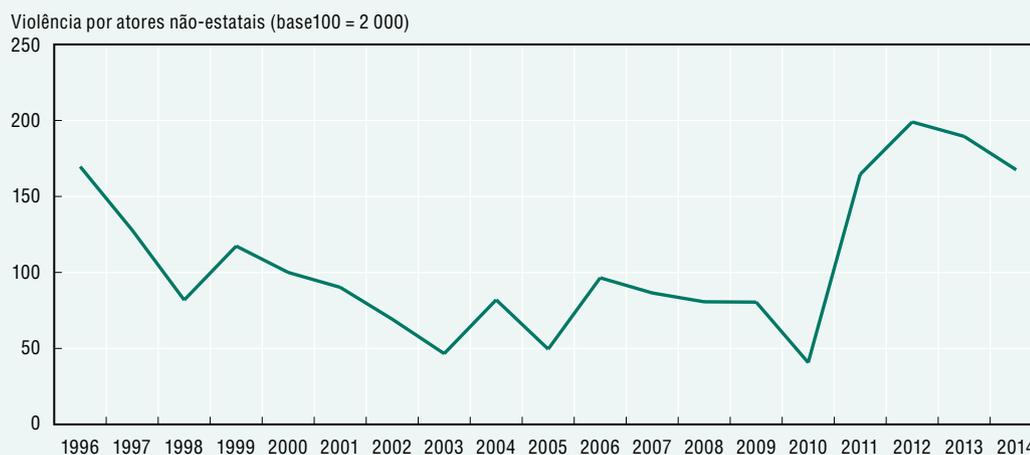
A violência não-estatal aumentou drasticamente em 2011-12, conforme documentado anualmente por este relatório. Após atingir um nível máximo de 2012, começou a decrescer em 2013 (Figura 5.5). À semelhança da tendência decrescente nos protestos públicos, também esta diminuição reflete um suavizar das tensões na maioria dos países africanos, comparativamente a 2013. Esta média compensa uma deterioração extrema em alguns casos isolados, com ligações ao terrorismo jihadista, destacando-se em especial:

- Os ataques do Boko Haram na Nigéria e a instabilidade no Egito e na Líbia, conforme acima descrito.
- A continuação dos combates entre as forças anti-Balaca e ex-Séléka (ambas não-estatais) na República Centro-Africana, enquanto se desenrola o processo de transição política em Bangui (ICG, 2014e).
- Os combates entre os grupos Nuer no Sudão, para além de conflitos entre Nuer e Dinka e entre Nuer e habitantes do Darfur, expressão de divisões que fazem eco da guerra civil no Sudão do Sul (ICG, 2015).

A violência não-estatal centrou-se muito mais na população civil do que no governo ou nos militares, de forma muito mais acentuada em 2014 do que em 2013, como demonstram, em particular, os casos da República Centro-Africana e da Nigéria.

A intensidade destas erupções de violência contrasta com um decréscimo no índice de violência não-estatal noutros pontos do continente, conduzindo a uma ligeira diminuição dos valores gerais. Como exemplo, refira-se que a violência não-estatal diminuiu no Mali, no seguimento da ação de contrainsurgência por parte do governo e das forças internacionais.

Figura 5.5. Violência não-estatal em África, 1996-2014



Fonte: Cálculos dos autores com base em notícias verificadas por agências noticiosas (*Marchés Tropicaux et Méditerranéens* para o período 1996-2005, AFP e Reuters para 2006-14). Consulte a metodologia e dados por país no Anexo Estatístico deste relatório.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933228446>



Os dados disponíveis indicam que os conflitos (intra ou inter-estatais, com envolvimento do governo ou não) foram particularmente mortíferos na Líbia, Nigéria República Centro-Africana, Somália, Sudão e Sudão do Sul.

No geral, os números relativos à manutenção da paz continuam a ser os mais altos de sempre, com 72 000 Capacetes Azuis da ONU destacados em África, em 2014, comparativamente com 64 000 em 2013 (cálculos dos autores, baseados em UNDPKO [2014] e UNDPKO [2013]). Em 2014, as maiores operações de manutenção de paz da ONU foram as missões no Darfur e na República Democrática do Congo. Cinco em cada sete mil milhões de USD afetados à manutenção de paz da ONU destina-se às operações em África. Embora o financiamento destas missões seja maioritariamente de fontes externas ao continente, os efetivos são, cada vez mais, provenientes de África (ver Caixa 5.8).

Verifica-se uma crescente profissionalização dos exércitos africanos. As despesas militares aumentaram 65% entre 2002 e 2011, mais do que em qualquer outra parte do mundo (SIPRI, 2014). Os principais exemplos são os de Angola, Burkina Faso, Gana, Namíbia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. O reforço das despesas militares no continente pode contribuir para melhorar as capacidades de manutenção da paz, em locais conturbados e noutros, bem como no combate ao terrorismo e à pirataria marítima.

Caixa 5.8. Respostas africanas ao terrorismo transnacional e à guerra civil

A natureza transnacional das ameaças e crises no continente africano exige respostas regionais. A Arquitetura de Paz e Segurança Africana baseia-se, assim, na premissa de “soluções africanas para os problemas africanos”.

Verifica-se uma crescente contribuição africana para a manutenção da paz, quer em efetivos quer em recursos, tanto através da ONU como da UA. Em 2014, quatro em cada dez Capacetes Azuis da ONU eram provenientes de exércitos africanos, num total de 50 000 efetivos. A UA tem aumentado as suas contribuições para a manutenção da paz, particularmente no Mali, na República Centro-Africana, na Somália e no Sudão (Darfur), bem como através da Task Force Regional da União Africana, da Força Africana de Alerta e da Capacidade de Reação Rápida.

Alguns países afetados pelos ataques do Boko Haram, como o Benim, Camarões, Chade, Níger e Nigéria, estão a unir as suas forças armadas no combate ao grupo terrorista e grupos subsidiários, havendo a possibilidade de uma força multinacional da UA. Simultaneamente, o Burkina Faso, o Chade, o Mali, a Mauritânia e o Níger criaram o Grupo dos Cinco para o Sahel para o combate ao terrorismo. Terão também de coordenar os seus esforços com a UA, a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEDEAO), a UE, o Conselho Executivo da Comunidade de Estados do Sahel e Saara, a Organização das Nações Unidas e o Banco Mundial, os quais possuem as suas próprias estratégias para o Sahel.

Os países africanos continuam envolvidos na mediação de conflitos, a qual constitui uma das principais respostas em matéria de segurança. O antigo presidente da África do Sul, Thabo Mbeki, tem sido facilitador no diálogo entre o presidente sudanês Al-Bashir e os grupos da oposição no Darfur, nas Montanhas Nuba e nas províncias de leste (ver a nota país sobre o Sudão). O Gana, a Mauritânia e o Senegal tiveram um papel fundamental na transição no Burkina Faso, através da mediação entre as partes e o Exército (ver Caixa 5.1). Para além disso, a CEDEAO tem monitorizado quaisquer atos inconstitucionais até à realização das próximas eleições. Outro exemplo diz respeito ao Sudão do Sul, onde a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento tem mediado as conversações de paz.

Para além das respostas de âmbito regional, respostas no âmbito nacional são igualmente necessárias para problemas que são essencialmente internos, incluindo a negociação de novos acordos política ao nível subnacional e nacional na Líbia, Mali e Sudão do Sul. No caso da Líbia, a existência de uma estratégia territorial inclusiva poderá contribuir para uma transição democrática (ver a nota país sobre a Líbia). No Mali, embora as tropas francesas e da África Ocidental tenham colaborado na luta contra os grupos Ansar Dine e Al-Mourabitoun, o fim do conflito requer também um acordo político sobre os recursos e a devolução do poder. Verifica-se uma estagnação do diálogo com os grupos tuaregues e islamistas e as preocupações de segurança continuam a pairar sobre as perspetivas de crescimento e desenvolvimento.



O ano de 2015 pode ser um ano recorde em termos eleitorais

Em 2015 um número recorde de 266 milhões de eleitores pode ser chamado a votar. Estão previstas ou foram realizadas eleições em países que integram as 15 maiores economias e os 15 países mais populosos do continente, nomeadamente no Egito, Etiópia, Nigéria, Sudão e Tanzânia (ver Tabela 5.4).

Estão ainda por confirmar as eleições marcadas para 2015 no Benim, Chade, Guiné Equatorial, Maurícias, Níger e Sudão do Sul. No Sudão do Sul, por exemplo, a realização de eleições depende da cessação da violência, da existência de um espaço político mínimo e do apoio internacional em matéria de financiamento, logística e manutenção da paz.

Tabela 5.4. Eleições em África por dimensão populacional, 2015-16

2015		
País	Votação para:	População (milhões)*
Nigéria	Câmara dos deputados, presidência, câmara dos representantes	183.5
Etiópia	Câmara dos representantes	98.9
Egito	Assembleia do povo	84.7
Tanzânia	Referendo, presidência, assembleia nacional	52.3
Sudão	Presidência, assembleia nacional	39.6
Côte d'Ivoire	Presidência	21.3
Níger	Presidência, assembleia nacional (a confirmar)	19.3
Burkina Faso	Presidência, assembleia nacional	17.9
Zâmbia	Presidência	15.5
Chade	Assembleia nacional (a confirmar)	13.6
Guiné	Presidência	12.3
Sudão do Sul	Presidência, assembleia nacional (a confirmar)	12.2
Benim	Assembleia nacional (a confirmar)	10.9
Burundi	Presidência, assembleia nacional	10.8
Togo	Presidência	7.2
Maurícias	Assembleia nacional (a confirmar)	1.3
Guiné Equatorial	Presidência (a confirmar)	0.8
2016		
República Democrática do Congo	Presidência, assembleia nacional	71.2
Uganda	Presidência, assembleia nacional	40.1
Marrocos	Assembleia nacional	34.0
Gana	Assembleia nacional	27.0
Côte d'Ivoire	Assembleia nacional	21.3
Zâmbia	Presidência, assembleia nacional	15.5
Chade	Presidência	13.6
Benim	assembleia nacional	10.9
República Centro-Africana	Assembleia nacional, presidência	4.8
Congo	Presidência	4.7
Gâmbia	Presidência	2.0
Gabão	Presidência, assembleia nacional	1.8
Djibouti	Presidência	0.9
Cabo Verde	Assembleia nacional, presidência	0.5
São Tomé e Príncipe	Presidência	0.2
Seychelles	Parlamento, presidência	0.1

Nota:* Os dados populacionais são projeções de 2012 da Organização das Nações Unidas, para 2015. Dados de 4 de fevereiro de 2015.

Fontes: IFES (2015); International IDEA (2015); OUN (2012).



Bibliografia

- Acemoglu, D. et al. (2001), “The colonial origins of comparative development: An empirical investigation”, *American Economic Review*, Vol. 91, pp. 1369-1401.
- Afrobarómetro (2014), “Political accountability in East African countries: who should make MPs and councillors do their jobs?”, *Afrobarometer Dispatch*, 4 de novembro, Afrobarómetro.
- Ahmed, M. (2014), “Arab economic transformation amid political transitions”, Fórum Económico Global do FMI, 11 de abril, <http://blog-imfdirect.imf.org/2014/04/11/arab-economic-transformation-amid-political-transitions/>.
- BAD (2015), *Base de dados de avaliação do desempenho por país*, Banco Africano de Desenvolvimento, www.afdb.org/en/documents/document/2004-2013-country-policy-and-institutional-assessment-cpia-47411/.
- BAD (2013), *At the Center of Africa's Transformation, Strategy for 2013-2022*, Banco Africano de Desenvolvimento, Tunes.
- Banco Mundial (2015a), *Worldwide Governance Indicators*, Banco Mundial, Washington, DC, <http://info.worldbank.org/governance/wgi/index.aspx#home> (consultado a janeiro de 2015).
- Banco Mundial (2015b), *Doing Business 2015*, Banco Mundial, Washington, DC, www.doingbusiness.org.
- Banco Mundial (2014a), *Country Policy and Institutional Assessment Africa* (CPIA base de dados), Banco Mundial, Washington, DC, datatopics.worldbank.org/cpia/ (consultado a janeiro de 2015).
- Banco Mundial (2014b), *World Bank Open Data* (base de dados), Banco Mundial, Washington, DC, <http://data.worldbank.org> (consultado a janeiro de 2015).
- Bratton, M. e R. Houessou (2014), “Demand for democracy is rising in Africa, but most political leaders fail to deliver”, *Policy Paper 11*, Afrobarómetro, www.afrobarometer.org/files/documents/policy_brief/ab_r5_policypaper11.pdf.
- Brian, T. e F. Laczko (2014), *Fatal Journeys - Tracking Lives Lost during Migration*, Genebra: Organização Internacional para as Migrações (OIM), http://publications.iom.int/bookstore/free/FatalJourneys_CountingtheUncounted.pdf.
- Buhaug, H. et al. (2011), “It's the local economy, stupid! Geographic wealth dispersion and conflict outbreak location”, *Journal of Conflict Resolution*, Vol. 55 /5, Sage Publications, pp. 814-840.
- Burgess, R. et al. (2014), “The value of democracy: evidence from road building in Kenya”, International Growth Center, London School of Economics, Londres, home.gwu.edu/~jedwab/roads140724.pdf.
- Center for Systemic Peace, *Polity IV Project* (base de dados), Center for Systemic Peace and Integrated Network for Societal Conflict Research (INSCR), www.systemicpeace.org/polityproject.html (consultado a 4 de janeiro de 2015).
- Collier, P. (2010). “The political economy of natural resources”, *Social Research*, pp. 1105-1132.
- Easterly, W. e R. Levine (2003). *Tropics, Germs, and Crops: How Endowments Influence Economic Development*. *Journal of Monetary Economics*, Vol. 50, pp. 3-39.
- Eboh, E. (2009), “Fiscal federalism, subnational governance and MDGs in Nigeria”, *AIAE Research Paper 4*, African Institute for Applied Economics, Enugu, Nigéria.
- EY (2014), *Africa 2014, Executing Growth*, EY's Attractiveness Survey, EY.
- Freedom House (2015), *Freedom in the World Report 2014*, Freedom House, Washington, DC.
- Fundação Mo Ibrahim (2014), *IIAG 2014* (base de dados), Londres, www.moibrahimfoundation.org/iiag/ (consultado a janeiro de 2015).
- Hodler, R. e P. Raschky (2014), “Regional favoritism”, *The Quarterly Journal of Economics*, Vol. 129/2, MIT Press, pp. 995-1033.
- Human Rights Watch (2015), *World Report 2015*, Human Rights Watch, Nova Iorque, www.hrw.org/world-report/2015/.
- ICG (2015), “Sudan and South Sudan's merging conflicts”, *Africa Report 223*, ICG, International Crisis Group, Bruxelas.
- ICG (2014a), “Tunisia's borders (II): terrorism and regional polarization”, *Middle East and North Africa Briefing 41*, ICG, Tunes/Bruxelas.
- ICG (2014b), “Les terres de la discorde (I): la réforme foncière au Burundi”, *Rapport Afrique 213*, ICG International Crisis Group, Bruxelas.
- ICG (2014c), “Côte d'Ivoire's Great West: Key to reconciliation”, *Africa Report 212*, ICG International Crisis Group, Bruxelas.



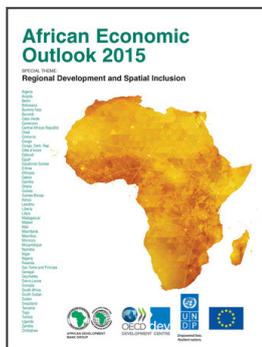
- ICG (2014d), “Kenya: Al-Shabaab – Closer to home”, *Africa Briefing* 102, ICG International Crisis Group, Nairobi/Bruxelas.
- ICG (2014e), “The Central African Republic’s Hidden Conflict”, *Africa Briefing Report* 105, ICG International Crisis Group, Bruxelas.
- ICG (2013), “Tunisia’s borders: jihadism and contraband”, *Middle East and North Africa Briefing* 148, ICG International Crisis Group, Tunes/Bruxelas.
- ICG (2011), “Popular protest in North Africa and the Middle East (V): Making sense of Libya”, *Middle East and North Africa Report* 107, ICG International Crisis Group, Cairo/Bruxelas.
- IFES (2015), Election Guide Calendar, International Foundation for Electoral System, www.electionguide.org/ (consultado a 4 de janeiro de 2015).
- International IDEA (2015), Voter Turnout Website, Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral, www.idea.int/vt/index.cfm (consultado a 4 de janeiro de 2015).
- IPU (2014), Women in Politics: 2014, Inter Parliamentary Union, Genebra, www.ipu.org/pdf/publications/wmnmmap14_en.pdf.
- ISS (2014), “Africa in 2014: the good, the bad and the ugly”, Institute for Security Studies, 19 de dezembro, www.issafrica.org/iss-today/africa-in-2014-the-good-the-bad-and-the-ugly.
- Kaufmann e Kraay (2002), Growth without Governance. World Bank policy Research Working Paper No. 2928. Banco Mundial, Washington, DC.
- Kaufmann, D. (1997), “Corruption: the facts”, *Foreign policy*, pp. 114-131.
- Kramon, E. e D. Posner (2013), “Who benefits from distributive politics? How the outcome one studies affects the answer one gets”, *Perspectives on Politics*, Vol. 11/2, American Political Science Association, pp. 461-474.
- Mauro, P. (1995), “Corruption and growth”, *The Quarterly Journal of Economics*, pp. 681-712.
- Missão de Observação Eleitoral da União Europeia (2014), “Holding of elections brings Guinea Bissau closer to constitutional normalcy”, Declaração preliminar, 14 de abril, Missão de Observação Eleitoral da União Europeia na Guiné-Bissau, eleições gerais 2014, www.eods.eu/library/EUEOM%20PS%20GUINEA-BISSAU%2014.04.2014_en.pdf.
- Neumann, P. (2014), *The New Jihadism, A Global Snapshot*, International Center for the Study of Radicalisation and Political Violence, King’s College, BBC World Service and Monitoring, Londres.
- OIT (2014), *Global Employment Trends 2014*, Organização Internacional do Trabalho, Genebra.
- ONU (2014), *World Economic Situation and Prospects 2014*, Organização das Nações Unidas, Nova Iorque.
- ONU (2012), *World Population Prospects: The 2012 Revision (base de dados)*, Divisão de População do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais do Secretariado da ONU, esa.un.org/unpd/wpp/index.htm.
- Pew Research Center (2014a), *Tunisian Confidence in Democracy Wanes*, Pew Research Center, Washington, DC.
- Pew Research Center (2014b), *Many in Emerging and Developing Nations Disconnected from Politics*, Pew Research Center, Washington, DC.
- Pew Research Center (2014c), *Crime and Corruption Top Problems in Emerging and Developing Countries*, Pew Research Center, Washington, DC.
- PNUD (2014a), *Relatório do Desenvolvimento Humano, Sustentar o Progresso Humano*, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova Iorque.
- PNUD (2014b), *Global Report on Gender Equality in Public Administration*, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova Iorque.
- Reuters (2014), “Beyond Burkina Faso, Africa’s ‘Black Spring’ hopes may be premature”, www.reuters.com/article/2014/11/06/us-burkina-politics-africa-analysis-idUSKBN0IQ1ZE20141106.
- Rodrik, D., et al. (2004), “Institutions rule: the primacy of institutions over geography and integration in economic development”, *Journal of Economic Growth*, Vol. 9, pp. 131-165
- SIPRI (2014), “Military spending continues to fall in the West but rises everywhere else”, Stockholm International Peace Research Institute, 14 de abril, www.sipri.org/media/pressreleases/2014/Milex_April_2014.
- Sommers, M. (2005), “‘It always rains in the same place first’: Geographic favoritism in rural Burundi”, *Africa Program Issue Brief*, 1 de julho, Woodrow Wilson International Center for Scholars, Washington, DC.
- Transparência Internacional (2014), Índice de Perceção da Corrupção 2014, www.transparency.org/cpi2014/results.



- Ulfelder, J. (2015), “Statistical assessments of coup risk for 2015”, The Dart Throwing Chimp, 17 de janeiro, <https://dartthrowingchimp.wordpress.com/author/dartthrowingchimp/>.
- UNDPKO (2014), “UN peacekeeping operations fact sheet”, Operações de Paz das Nações Unidas, 31 de dezembro, www.un.org/en/peacekeeping/documents/bnote1214.pdf.
- UNDPKO (2013), “UN peacekeeping operations fact sheet”, Operações de Paz das Nações Unidas, 31 de dezembro, www.un.org/en/peacekeeping/archive/2013/bnote1213.pdf.
- União Africana (2014a), *Agenda 2063, The Africa We Want*, segunda edição, Comissão da União Africana, Adis Abeba.
- União Africana (2014b), *Missão de Observação Eleitoral à Eleição Presidencial na República Árabe do Egito, Declaração preliminar*, <http://pa.au.int/en/sites/default/files/AUEOM%20Preliminary%20Statement%20Egypt.pdf>.
- União Africana (2014c), *Base de dados dos relatórios de missões de observação eleitoral*, <http://pa.au.int/en/AUEOM> (consultado em fevereiro de 2015).
- União Africana (2007), *Carta Africana para a Democracia, Eleições e Governação*, www.afrimap.org/english/images/treaty/ACDEG_PT.pdf
- União Europeia (2014), *Base de Dados dos relatórios de observação eleitoral*, www.eods.eu/eods-library (consultado em fevereiro de 2015).
- Verisk Maplecroft (2015a), *Legal and Regulatory Environment Risk Atlas*, Verisk Maplecroft, Bath.
- Verisk Maplecroft (2015b), *Political Risk Atlas*, VeriskMaplecroft, Bath.

Para saber mais

- BAD/OCDE/PNUD/UNECA (2014), *Perspetivas Económicas em África 2014*, Publicações OCDE, Paris.
- Guéhenno, J-M. (2015), “10 wars to watch in 2015”, ICG, 2 de janeiro, www.crisisgroup.org/en/regions/op-eds/2015/guehenno-10-wars-to-watch-in-2015.aspx.
- Human Rights Watch (2014), “Egypt: 23 sentenced over anti-protest law”, 26 de outubro, www.hrw.org/news/2014/10/26/egypt-23-sentenced-over-anti-protest-law.
- Missão de Observação Eleitoral da União Europeia (2014b), “Presidential election administered in line with the law, in an environment falling short of constitutional principles”, Declaração preliminar, 29 de maio, Missão de Observação Eleitoral da União Europeia, República Árabe do Egito, Eleição Presidencial, 26/27 de maio de 2014, Cairo, www.eods.eu/library/EUEOM%20PS%20EGYPT%2029.05.2014_en.pdf.
- OCDE (2015), *States of Fragility 2015: Meeting Post-2015 Ambitions*, Publicações OCDE, Paris. No prelo.
- OCDE (2014a), *An Atlas of the Sahara-Sahel: Geography, Economics and Security*, West African Studies, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/978926422359-en>.
- OCDE (2014b), *Development Assistance for Governance and Peace*, Publicações OCDE, Paris, www.oecd.org/dac/governance-peace/publications/documentuploads/Dev%20Assistance%20Flows%20for%20gov%20and%20peace.pdf.
- OCDE/Comissão Europeia/ETF (2014), *SME Policy Index: The Mediterranean Middle East and North Africa 2014: Implementation of the Small Business Act for Europe*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264218413-en>.
- Pew Research Center (2014d), *People in Emerging Markets Catching up to Advanced Economies in Life Satisfaction*, Pew Research Center, Washington, DC.
- Pew Research Center (2014e), *Global Public Downbeat about Economy*, Pew Research Center, Washington, DC.
- Pew Research Center (2014f), *Emerging and Developing Economies Much More Optimistic than Rich Countries about the Future*, Pew Research Center, Washington, DC.
- PNUD (2014b), *Gender Equality in Public Administration Report*, Nações Unidas, Nova Iorque.
- UK Foreign and Commonwealth Office (2013), “Traffickers and terrorists: drugs and violent jihad in Mali and the wider Sahel”, outubro, United Kingdom Foreign and Commonwealth Office, Londres.
- Verme, P. et al. (2014), *Inside Inequality in the Arab Republic of Egypt*, Banco Mundial, Washington, DC.
- Wallace, J. (2014), “Reassessing political risk in Africa”, *This is Africa*, www.thisisafrikaonline.com.
- World Values Surveys, “World Values Survey wave 5 and 6, 2000-2008”, Institute for Future Studies, www.worldvaluessurvey.org/WVSDocumentationWV6.jsp.



From:
African Economic Outlook 2015
Regional Development and Spatial Inclusion

Access the complete publication at:
<https://doi.org/10.1787/aeo-2015-en>

Please cite this chapter as:

African Development Bank/OECD/United Nations Development Programme (2015), “Governança política e económica”, in *African Economic Outlook 2015: Regional Development and Spatial Inclusion*, OECD Publishing, Paris.

DOI: <https://doi.org/10.1787/9789264233362-9-pt>

This work is published under the responsibility of the Secretary-General of the OECD. The opinions expressed and arguments employed herein do not necessarily reflect the official views of OECD member countries.

This document and any map included herein are without prejudice to the status of or sovereignty over any territory, to the delimitation of international frontiers and boundaries and to the name of any territory, city or area.

You can copy, download or print OECD content for your own use, and you can include excerpts from OECD publications, databases and multimedia products in your own documents, presentations, blogs, websites and teaching materials, provided that suitable acknowledgment of OECD as source and copyright owner is given. All requests for public or commercial use and translation rights should be submitted to rights@oecd.org. Requests for permission to photocopy portions of this material for public or commercial use shall be addressed directly to the Copyright Clearance Center (CCC) at info@copyright.com or the Centre français d'exploitation du droit de copie (CFC) at contact@cfcopies.com.